



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
GABINETE DO CONSELHEIRO ROBSON MARINHO

Conselheiro-Substituto Valdenir Antonio Polizeli
Segunda Câmara
Sessão: **6/3/2018**

100 00004187.989.16-5 CONTAS ANUAIS

Prefeitura Municipal: Ipeúna.

Exercício: 2016.

Prefeito(s): Ildebran Prata.

Advogado(s): Josiele da Silva Bueno (OAB/SP nº 265.857) e Hélio Lopes da Silva Junior (OAB/SP nº 262.386).

Procurador(es) de Contas: Thiago Pinheiro Lima.

Fiscalizada por: UR-10 - DSF-I.

Fiscalização atual: UR-10 - DSF-I.

TÍTULO	SITUAÇÃO	(Ref.)
Ensino	27,04%	(25%)
FUNDEB	100,00%	(95%~100%)
Magistério	73,56%	(60%)
Pessoal	43,50%	(54%)
Saúde	31,90%	(15%)
Transferências ao Legislativo	4,55%	(7%)
Receita Prevista	R\$ 28.905.000,00	
Receita Arrecadada	R\$ 27.001.604,04	
Execução orçamentária	Superávit→ 4,84%	
Execução financeira	Superávit	
Remuneração dos agentes políticos	Regular	
Ordem cronológica de pagamentos	Regular	
Precatórios (pagamentos)	Regular	
Encargos sociais	Regular	

Relatório

Em exame, as contas prestadas pela **Prefeitura do Município de Ipeúna**, relativas ao exercício de **2016**, que foram fiscalizadas pela equipe técnica da Unidade Regional de Araras (UR-10).

As principais ocorrências anotadas no relatório de fiscalização são as seguintes:



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
GABINETE DO CONSELHEIRO ROBSON MARINHO

A.1. Planejamento das políticas públicas

- O município não editou o Plano de Saneamento Básico;
- O município não editou o Plano Municipal de Gestão de Resíduos Sólidos;

A.2. Controle interno

- O filho do Prefeito Municipal compôs a comissão do Controle Interno, o que em nossa visão é incompatível;
- Houve apontamentos do Controle Interno para os quais não foram adotadas medidas pela Municipalidade;

A.3. Fiscalização ordenada

- A Prefeitura não providenciou adequações ao que foi apontado pela fiscalização;

B.1.5. Fiscalização das receitas

- Não adotou medidas para cobrança do ISSQN do cartório do município;
- Desde maio de 2013 o município não conta com um Fiscal de Rendas para proceder à fiscalização dos tributos municipais e efetuar os devidos lançamentos;
- Divergências na contabilização das Receitas;

B.2.1. Análise dos limites e condições da LRF

- O quadro Audesp demonstra uma Dívida Consolidada Líquida não registrada pelo Balanço Patrimonial da Origem;

B.3.3.1. Iluminação pública

- O município não movimenta os recursos da CIP em conta bancária específica;

B.3.3.2. Royalties

- Recebimento de valores referente a Royalties em conta movimento da Prefeitura, desatendendo a necessidade de conta vinculada da receita;

B.5.1. Encargos

- Recolhimento de Fundo de Garantia por Tempo de Serviço para cargos de livre nomeação e exoneração;

D.1. Cumprimento das exigências legais

- Não há divulgação, em página eletrônica, em tempo real, das receitas arrecadadas e a espécie de despesa que está sendo realizada, indicando valor, fornecedor e, se for o caso, o tipo da licitação realizada;



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
GABINETE DO CONSELHEIRO ROBSON MARINHO

D.2. Fidedignidade dos dados informados ao Sistema Audesp

- Divergências entre os relatórios Audesp e o registrado pela Origem em suas peças contábeis;

D.5. Atendimento à Lei Orgânica, Instruções e Recomendações do Tribunal

- Entrega intempestiva de documentos;
- Não atendimento às instruções deste Tribunal de Contas;
- Não cumprimento das determinações e recomendações deste Tribunal de Contas;

E.2.2 Despesas com publicidade e propaganda oficial

- Empenhamento de despesas de publicidade após o limite do dia 07/07/2016.
- no primeiro semestre de 2016, os gastos liquidados de publicidade superaram a média dos gastos no primeiro semestre dos três últimos exercícios financeiros.

Notificado, o responsável juntou aos autos alegações de defesa e documentos (ev. 52). Observou que restou constatado o cumprimento de todos os preceitos legais, inclusive os percentuais constitucionais de aplicação obrigatória. Aduziu, ainda, que os apontamentos referem-se a falhas formais, passíveis de recomendações. Anunciou a adoção de medidas regularizadoras para algumas falhas.

Especificamente em relação ao Controle Interno, informou que todos os membros que compõem a comissão são servidores concursados, inclusive o filho do Prefeito. Afirmou não existir impedimento legal, além da ausência de apontamentos quanto à conduta de qualquer dos seus membros.

Quanto à movimentação dos recursos a título de royalties, afirmou que a contabilização é realizada dentro de cada conta específica, de acordo com o diário de receita juntado em anexo. Já em relação à divergência na



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
GABINETE DO CONSELHEIRO ROBSON MARINHO

contabilização de receitas, juntou documentos demonstrando os registros, especialmente os do repasse do FPM.

No que se refere às despesas com publicidade e propaganda oficial, argumentou que os empenhos, após a data limite, eram relacionados à divulgação de serviços necessários à população, como carros de som, e não publicações em jornal.

Quanto aos gastos do primeiro semestre, que teriam superado a média de exercícios anteriores, esclareceu que restou incluídos, indevidamente, gastos com a publicação de atos oficiais, não característicos de publicidade institucional. Considerando tais informações, não permaneceria a ofensa ao artigo 73, VII da Lei Eleitoral.

A **Assessoria Jurídica** se manifestou pela emissão de parecer **favorável (ev. 65)**, observando que os principais quesitos norteadores desta Corte, na avaliação das contas municipais, estavam adequados, tendo em vista que todos os indicadores foram atendidos a contento.

Consignou que os apontamentos relacionados à legislação eleitoral podem ser relevados, diante da justificativa e da ausência de notícia, nos autos, de que gastos com publicidade tenham sido utilizados de maneira inadequada ou para promoção pessoal.

A **Chefia de ATJ**, concordando com sua assessoria, manifestou-se por **parecer favorável**, com recomendação ao atual Prefeito para que regularize e/ou não incida nas falhas apontadas, principalmente quanto à fiscalização de receitas e às restrições do último ano de mandato.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
GABINETE DO CONSELHEIRO ROBSON MARINHO

O **Ministério Público de Contas** (ev. 70), observando que a análise dos demonstrativos revelou o cumprimento dos principais mandamentos constitucionais e legais relacionados à gestão, opinou pela emissão de **parecer favorável**. No mesmo sentido da ATJ, entendeu ser possível afastar as falhas relacionadas à legislação eleitoral.

Opinou, ainda, por expedição de recomendações para os seguintes itens: A.2; A.3; B.1.5; B.3.3.1; B.3.3.2; D.2 e D.5, com alerta de que a reincidência sistemática poderá ensejar o juízo desfavorável de contas futuras.

Conforme dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, do Ministério da Educação (formulador do índice IDEB), a situação operacional da educação no Município é retratada nas Tabelas a seguir.

IDEB - Índice Nacional de Desenvolvimento da Educação Básica

Desempenhimentos de Educação Básica											
	Nota Obtida				Metas						
Ipeúna	2009	2011	2013	2015	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2021
Anos Iniciais	5,2	5,6	5,7	6,4	5,7	6,0	6,3	6,5	6,7	6,9	7,1
Anos Finais	NM	NM	NM	NM	NM	NM	NM	NM	NM	NM	NM

NM = Não municipalizado

Fonte: INEP

Dados da Educação

	Alunos matriculados		Gasto em Educação	
	2015	2016	2015	2016
Ipeúna	912	916	R\$ 7.943.577,56	R\$ 8.200.658,84
Região Administrativa de Campinas	592.505	607.566	R\$ 5.988.964.914,60	R\$ 6.394.331.325,59
<<644 municípios>>	3.026.513	3.085.006	R\$ 27.005.387.361,59	R\$ 28.820.140.868,52



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
GABINETE DO CONSELHEIRO ROBSON MARINHO

	Gasto anual por aluno	
	2015	2016
Ipeúna	R\$ 8.710,06	R\$ 8.952,68
Região Administrativa de Campinas	R\$ 10.107,87	R\$ 10.524,50
<<644 municípios>>	R\$ 8.922,94	R\$ 9.342,00

Fonte: Censo Escolar / AUDESP

A situação operacional da saúde no Município apresenta-se na seguinte conformidade:

Dados da Saúde

	Habitantes		Gasto em Saúde	
	2015	2016	2015	2016
Ipeúna	6.781	6.932	R\$ 7.484.270,21	R\$ 7.509.150,89
Região Administrativa de Campinas	6.628.167	6.690.076	R\$ 5.653.149.321,72	R\$ 6.108.852.754,14
<<644 municípios>>	31.464.757	31.720.203	R\$ 24.361.322.151,13	R\$ 26.061.564.331,59

	Gasto anual por habitante	
	2015	2016
Ipeúna	R\$ 1.103,71	R\$ 1.083,26
Região Administrativa de Campinas	R\$ 852,90	R\$ 913,12
<<644 municípios>>	R\$ 774,24	R\$ 821,61

Fonte: Censo Escolar / AUDESP

Por fim, o Índice de Efetividade da Gestão Municipal no exercício apresentaram as seguintes notas:

Dados do IEGM

Faixas de Resultado	IEGM	i-Educ	i-Saúde	i-Planejamento	i-Fiscal	i-Amb	i-Cidade	i-Gov TI
2014	B+	B+	A	C+	A	C+	C	B
2015	C+	B+	B	C	B+	C	C	C
2016	B	B+	B	B	A	C	C	C



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
GABINETE DO CONSELHEIRO ROBSON MARINHO

Contas anteriores:

2015 TC 002169/026/15	favorável com recomendações;
2014 TC 000077/026/14	favorável com recomendações;
2013 TC 001604/026/13	favorável com recomendações.

É o relatório.

rfl



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
GABINETE DO CONSELHEIRO ROBSON MARINHO

Voto

00004187.989.16-5

As contas da Prefeitura Municipal de Ipeúna merecem aprovação, posto estarem em ordem os principais aspectos legais e constitucionais que norteiam o exame de aludidos demonstrativos.

A instrução processual revelou que a Administração investiu na manutenção e desenvolvimento do **Ensino** o equivalente a **27,04%** da receita oriunda de impostos e transferências, atendendo, assim, ao disposto no artigo 212 da Constituição Federal.

Da receita proveniente do FUNDEB, **73,56%** foram aplicados na remuneração dos profissionais do magistério da educação básica, conforme determina o artigo 60, inciso XII do ADCT.

A instrução processual revelou, ainda, que foram aplicados, no período em exame, 97,48% dos recursos do Fundeb, sendo que a parcela diferida (2,52%) foi aplicada até março do exercício subsequente, cumprindo-se, dessa forma, as regras instituídas pela Lei Federal nº 11.494/07.

Nas ações e serviços públicos de **Saúde**, os órgãos de instrução atestaram que a Administração aplicou o correspondente a **31,90%** da arrecadação de impostos, atendendo, portanto, ao que prescreve a Lei Complementar Federal 141, de 13 de janeiro de 2012.

As **despesas com pessoal e reflexos** não ultrapassaram o máximo fixado pelo artigo 20, inciso III, letra "b", da Lei de Responsabilidade Fiscal.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
GABINETE DO CONSELHEIRO ROBSON MARINHO

As transferências financeiras ao Legislativo situaram-se dentro da limitação imposta pela Constituição Federal; e os encargos sociais foram devidamente recolhidos.

Os gastos com o pagamento dos subsídios aos agentes políticos mantiveram-se de acordo com o ato fixatório e dentro dos limites legais.

A execução financeira dos precatórios foi liquidada de acordo com a legislação de regência.

Quanto aos aspectos contábeis, a análise geral demonstra situação confortável e equilibrada. O Município apresentou *superávit* orçamentário (4,84%), fato que contribuiu para o aumento de 86,06% do resultado financeiro positivo (R\$ 2.823.584,21) vindo do exercício anterior.

O elevado índice de liquidez imediata (5,97) revela que o Município possui recursos para o cumprimento das obrigações de curto prazo. Ressalto, ainda, a inexistência de dívida de longo prazo.

Por oportuno, recomendo que seja aprimorada a capacidade arrecadatória, em especial de créditos relativos à dívida ativa, cujos recebimentos (R\$ 266.131,10), no exercício, representaram apenas 14,38% do saldo total (R\$ 1.850.216,85).

No que se refere ao cumprimento da legislação eleitoral, as justificativas apresentadas permitem relevar a questão.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
GABINETE DO CONSELHEIRO ROBSON MARINHO

Ressalto que a vedação do art. 73 do Código Eleitoral¹ tem como intuito evitar “condutas tendentes a afetar a igualdade de oportunidades entre candidatos nos pleitos eleitorais”. No caso sob análise, conforme bem salientado pela ATJ e pelo MPC, não se tem notícia de que os gastos com publicidade tenham sido utilizados para promoção pessoal do gestor.

Em relação ao FGTS a servidores em comissão, a questão ainda não está pacificada na Justiça do Trabalho, existindo decisões recentes reconhecendo que o ente público não pode renegar a aplicação da legislação trabalhista à qual o servidor foi vinculado no momento da nomeação em cargo em comissão pelo regime celetista.

Portanto, nesse contexto de incerteza e para evitar o surgimento de passivos trabalhistas oriundos da cessação dos recolhimentos, considero prudente não emitir qualquer determinação a respeito, até que a questão esteja definitivamente pacificada na justiça especializada, a exemplo de outras recentes decisões desta Corte (TCs-000615/026/14, 001658/026/13 e 000319/026/13).

Aliás, esse foi o recente entendimento exarado pelo Tribunal Pleno na sessão do dia 19/04/2017, no julgamento do reexame das contas anuais da Prefeitura de Cajati (TC-

¹Art. 73. São proibidas aos agentes públicos, servidores ou não, as seguintes **condutas tendentes a afetar a igualdade de oportunidades entre candidatos nos pleitos eleitorais:**

[...]

VI - nos três meses que antecedem o pleito:

[...]

b) com exceção da propaganda de produtos e serviços que tenham concorrência no mercado, **autorizar publicidade institucional** dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos federais, estaduais ou municipais, ou das respectivas entidades da administração indireta, salvo em caso de grave e urgente necessidade pública, assim reconhecida pela Justiça Eleitoral;”.

(g.n.)



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
GABINETE DO CONSELHEIRO ROBSON MARINHO

000615/026/14²), acolhendo o voto revisor proferido pelo e. Conselheiro Dimas Eduardo Ramalho.

Por fim, diante das justificativas apresentadas, outras falhas registradas no laudo de fiscalização não trouxeram prejuízos ao erário, devendo, porém, ser corrigidas, com recomendações ao final deste voto.

Por tudo que foi exposto, voto pela emissão de parecer **favorável** à aprovação das contas prestadas pela Prefeitura do Município de **Ipeúna**, relativas ao exercício de **2016**, exceção feita aos atos porventura pendentes de apreciação por este Tribunal.

À margem do parecer, determino que se expeça ofício ao Executivo com as seguintes recomendações:

- observar a devida transparência, atendendo às disposições da LRF e da Lei Federal nº 12.507/11;
- promover medidas com vistas à aprovação do Plano de Saneamento Básico e de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos;
- movimentar recursos da CIP e de royalties em conta específica;
- adotar medidas para cobrança do ISSQN sobre serviços notariais;
- efetuar corretamente os registros de recursos relacionados a repasses federais e estaduais;

² "(...)Postos esses marcos que balizam as atribuições institucionais das instâncias envolvidas, vê-se que refoge a este Tribunal poderes para estabelecer entendimento próprio sobre a incidência do FGTS ou mesmo preferenciar correntes doutrinárias não consolidadas, com o objetivo de embasar juízo de mérito e determinar condutas cogentes(...)".



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
GABINETE DO CONSELHEIRO ROBSON MARINHO

- promover adequado tratamento dos resíduos sólidos, nos termos da legislação de regência;
- melhorar a transparência da gestão fiscal, dando pleno atendimento ao art. 48 da LRF;
- observar as regras da Lei Eleitoral nº 9.504/97, em especial seu artigo 73;
- atender às Instruções e Recomendações do Tribunal.